

ATO LANÇA NA PUC-SP O COMITÊ CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No dia mundial da luta contra a criminalização dos movimentos sociais, 21/08, o Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, que nasceu na PUC-SP há semanas, impulsionado por estudantes, professores, pela APROPUC e por diversas outras entidades, realizou um ato na Prainha do campus Monte Alegre. A mobilização, no final da quinta-feira contou com a participação de representantes da Ouvidoria das Polícias de São Paulo, Comissão Justiça e Paz, Associação dos Docentes da USP (ADUSP), Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), Arma Crítica, Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), APROPUC, Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre (ANEL), coletivo RUA - Juventude Anticapitalista, do Espaço Socialista, coletivo Juntos, Quilombo Raça e Classe, do coletivo Estopim, Juventude do PSTU, da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), União da Juventude Socialista (UJS) e C A 22 de Agosto, CACS e Benevides Paixão, entre outras entidades. Rafael Lusvardi, preso arbitrariamente em protesto contra a Copa do Mundo, em 23/6, também esteve presente ao ato.

NÃO EXISTE MANIFESTAÇÃO PACÍFICA

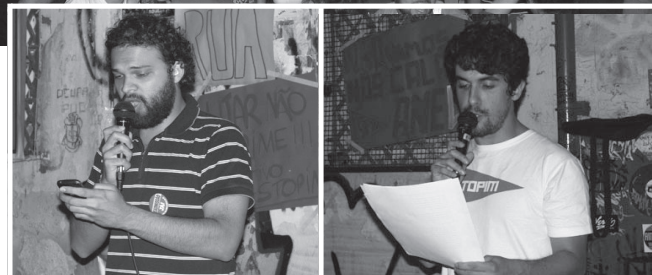
O Padre Julio Lancellotti, em sua contribuição ao ato, falou sobre a criminalização das manifestações por parte do Estado, afirmando que é imprescindível nossa resistência e a continua-



Marcela Reis

de das lutas. "Não existe manifestação pacífica, manifestação pacífica é marcha para Jesus", pontuou. Para Pe. Lancellotti, nenhuma tática de mobilização pode ser condenada, inclusive a depredação de agências bancárias, concessionárias e grandes empresas. "O banco nos quebra diariamente, pois é assim que funciona o neoliberalismo, o capitalismo. E nós é que estamos errados em quebrar bancos?".

A professora e diretora da APROPUC Bia Abramides traçou um paralelo dos instrumentos de repressão ditatoriais com a atual situação da PUC-SP: ao abrir um processo de sindicância contra três professores da Filosofia alegando idealização da encenação do Teat(r)o Oficina, durante a greve da universidade, devido à nomeação para reitora da terceira colocada, a reitoria imposta só demonstra seu assédio moral. Destacou também a po-



Acima, a fala do Padre Julio Lancellotti; abaixo (esq) o metroviário Fernando Salles; à direita o estudante Murilo Magalhães

sição do Comitê acerca das questões da PUC-SP: para além da mobilização em prol dos movimentos sociais e pelo fim da militarização da Polícia Militar, lutas internas pela democracia universitária devem ser travadas. Bia também discorreu sobre a importância de se formar um espaço de autonomia dentro da universidade: "nos organizarmos enquanto comunidade para combater o sistema vigente, pois 'ou há socialismo ou há barbárie'. Então que viva o socialismo!".

Fernando Salles, um dos 42 metroviários demitidos durante

a greve da categoria, falou sobre a criminalização dos movimentos sociais aos olhos da justiça, que "considera crime todo tipo de mobilização de trabalhadores, sejam manifestações, greves ou piquetes". Ele ainda contou sobre a situação atual da USP, que passa por um processo de precarização e privatização, além do corte de salários dos grevistas, que já ultrapassa um mês. Nesta segunda-feira, 25/8, acontece um ato na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, às 10h, em defesa dos funcionários da USP

EDITORIAL

PUC-SP paga caro por irresponsabilidade

Ao determinar o arquivamento da sindicância aberta contra três professores da Filosofia, no dia 14 de agosto, a Reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo deu o assunto por encerrado, como se o caso pudesse esgotar-se por si, sem mais nem menos, antes mesmo do depoimento de nove testemunhas convidadas pelos investigadores.

Pareceu tudo muito fácil e tranquilo. O Grão Chanceler da PUC-SP não gostou de uma encenação teatral realizada no campus universitário, em novembro de 2012, e quase dois anos depois pediu a punição de professores sob a alegação de que pudessem ter alguma vinculação com aquela manifestação, no momento em que todos nós contestávamos a nomeação de uma reitora rejeitada nas urnas pela comunidade.

A reitora imposta, como tem sido de praxe, abriu mão da autonomia universitária para acatar uma ordem típica do ranço religioso mais arcaico, sem honrar princípios e valores que devem nortear o ambiente universitário, no qual as liberdades de expressão, comunicação, manifestação e cátedra precisam ser preservadas antes de qualquer censura e discriminação.

Imbuídos pelo sentimento da vingança, escolheram os alvos, deflagraram a artilharia, constituíram processo formal, atiraram os sabujos e espalharam aos quatro ventos os nomes dos três professores devidamente criminalizados. Não se importaram com a infâmia, a carreira deles, com colegas, amigos e familiares, e muito menos com a instituição para a qual os três professores prestam valiosos serviços há anos.

O estrago foi feito. O terror se espalhou no campus. As autoridades lançaram a suspeita e a difamação. Os inquisidores trataram de forjar as provas, estimular a autocondenação e a delação dos colegas presentes na cena do "crime". Não fosse a pronta

e forte reação de estudantes e professores, e de milhares de cidadãos e cidadãs vacinados contra a truculência e arbitrariedade, a sequência de vexames teria continuado sabe lá até quando.

Em seu ato de arquivamento, a reitora imposta justifica a competência para "procedimento investigativo" e conclui que, no caso, "após a Comissão Sindicante realizar as oitivas e elucidar os acontecimentos, não havendo indícios da participação dos docentes na citada manifestação, a reitora decidiu finalizar a investigação". Ponto final, nada mais a declarar, questão encerrada.

Acontece que a competência estatutária exige também que a autoridade tenha responsabilidade nos seus atos e, no caso, tal procedimento teria sido evitado se a reitora e o cardeal tivessem noção clara sobre o que é e o que deve ser uma universidade. Jamais teriam avançado em processo de inquisição e criminalização se eles respeitassem a própria história da PUC-SP, que se tornou referência nacional e patrimônio moral justamente pela defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas.

O ato irresponsável das autoridades não apenas causou sérios danos à instituição, na medida em que a perseguição aos professores escandalizou a sociedade e afugentou alunos, mas também atingiu as vidas e as carreiras dos três investigados e serviu para desanimar ainda mais o já combatido corpo docente da Universidade.

Por tudo isso o cardeal e a reitora devem pedir desculpas a todos nós, aos professores perseguidos, à instituição e à sociedade. É o mínimo que poderiam fazer, é o mínimo que se espera de quem ocupa tais cargos, mesmo que não tenham legitimidade para isso e não mereçam respeito.

Inquisição nunca mais. Chega de criminalização.

Diretoria da Apropuc

AFAPUC apresenta seu balanço anual

Abaixo reproduzimos o balanço da AFAPUC referente ao ano de 2013

ATIVO

Circulante

<i>Disponível</i>	
Caixa e Bancos	44.360,89
Total Disponibilidades	44.360,89

Realizável a Curto Prazo

Contribuições Associativas	19.381,32
Outros Créditos	377.717,54
Total Realizável a Curto Prazo	397.098,86
Total do Circulante	441.459,75

Permanente

Bens em Operação	26.014,57
Total do Permanente	26.014,57

Total do Ativo 467.474,32

PASSIVO

Circulante

Fornecedores	68.256,60
Encargos Trabalhistas	6.609,22
Total do Passivo Circulante	74.865,82

Patrimônio Social 358.941,18

Superavit do exercício 33.667,32

Total do Passivo 467.474,32

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2013

Receitas

Contribuição de Associados	228.421,06
Repasso de Promoções	49.106,18

Total de Receitas 277.527,24

Despesas

Tributárias	1.458,88
Administrativas	240.867,11
Financeiras	1.533,93

Total das Despesas -243.859,92

Superávit do Período 33.667,32

A Diretoria



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis, Marina D'Aquino e Ana Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Manifesto Lutar não é crime

Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais

"Por que o senhor atirou em mim?". Foi esse o questionamento do jovem Douglas Rodrigues, 17 anos, que no dia 28/10 foi assassinado por um policial militar sem ter cometido nenhum crime, mas somente por ser negro e viver na periferia. No Brasil, o percentual de negros assassinados é 132% maior que os brancos.

"Cadê o Amarildo?" Até hoje essa pergunta não foi respondida. Amarildo Dias de Souza, que trabalhava como pedreiro, desapareceu aos 42 anos, no dia 14/7, durante uma operação realizada por policiais militares e agentes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) para combater o tráfico de drogas.

No dia 16/3, Cláudia Ferreira dos Santos, negra, mãe de quatro filhos e trabalhadora, foi baleada por policiais militares sem nenhum motivo. E ao ser "socorrida" por esses mesmos policiais, ela acabou sendo arrastada presa ao veículo da polícia por 250 metros. No primeiro semestre de 2014, PMs de São Paulo mataram 424 pessoas, uma média de 5 mortos a cada 2 dias. Esse número revela que o assassinato de pessoas por policiais militares cresceu 62% em relação ao ano passado.

No dia 20/6/2013, Rafael Braga Vieira, de 25 anos, negro e que estava vivendo na rua, foi preso no mesmo dia em que milhares de pessoas tomaram o centro do Rio de Janeiro. Ele levava consigo duas garrafas de produtos de limpeza - água sanitária e desinfetante Pinho Sol - consideradas "artefato explosivo ou incendiário" pela polícia e pelo juiz responsável pelo caso. Até hoje ele continua preso dividindo uma cela com outros 70 homens.

Desde junho de 2013, estamos vivendo momentos mais intensos da luta dos trabalhadores e da juventude. Insatisfeitos com as péssimas condições dos serviços públicos e a falta do direito à cidade.

No entanto, ao invés de atender as reivindicações, os governos tem respondido as manifestações com repressão e criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Por meio do uso ostensivo da polícia militar, os governos tem dispersado as manifestações e greves. Em São Paulo, o governo estadual utilizou a tropa de choque para impedir a greve dos metroviários. Além disso, também demitiu 42 trabalhadores dessa categoria.

No dia 9/6, o estudante de direito da PUC-SP, Murilo Magalhães, participava de uma manifestação pacífica em apoio a essa greve quando foi preso e torturado por policiais militares dentro do prédio da Secretaria de Segurança Pública.

No dia 23/6, o estudante e trabalhador da USP, Fabio Hideki, e o professor de inglês, Rafael Lusvarghi foram presos em uma manifestação contra a Copa do Mundo. Eles foram acusados de cinco crimes, como o de associação criminosa, e de portarem explosivos. O laudo da perícia já comprovou que eles não estavam com explosivos.

No dia 12/7, dia da abertura da Copa do Mundo, 26 ativistas foram detidos no Rio de Janeiro, acusados de formação de quadrilha armada. Em Goiás, três manifestantes foram presos também acusados de associação criminosa e formação de quadrilha.

Durante a Copa do Mundo, vimos o Estado brasileiro se armar até os dentes. E parte desse armamento foi comprada diretamente de Israel, Estado que hoje intensifica o genocídio contra o povo palestino, matando milhares de pessoas, incluindo crianças, que vivem na Faixa de Gaza.

Os governos no Brasil também têm reprimido e não atendido as reivindicações dos povos originários. Diversas tribos indígenas, como os tupinambás, atualmente não possuem sequer a garantia de poderem viver em suas terras. O governo

federal tem priorizado o agronegócio em detrimento das terras indígenas. Além disso, fazendeiros e jagunços têm agredido, torturado e incendiado as casas desses povos.

Os movimentos populares também intensificaram sua luta por terra e moradia. O governo federal abandonou a reforma agrária e não desapropriou nenhum imóvel em 2013. Além disso, ocupações de moradia nas cidades são constantemente reintegradas pelos governos e as reivindicações não são atendidas.

Esse ano em São Paulo, também tivemos uma forte greve de professores da rede municipal de ensino, como parte da luta por uma educação pública de qualidade, além de melhores condições de emprego para os educadores. No entanto, a prefeitura agiu com intransigência e ameaçou cortar o ponto.

Nas universidades, estudantes, professores e funcionários também estão sendo criminalizados. Em 2012, a Igreja Católica, por meio da Fundação São Paulo, que é a mantenedora da PUC-SP, interveio e acabou definitivamente com a autonomia e a democracia na universidade, impondo o nome de Anna Cintra como reitora e iniciando um processo de inquisição interna. Nesse momento, na PUC-SP, três professores de filosofia foram ameaçados de expulsão por terem assistido a uma apresentação teatral na universidade que criticava a nomeação de Anna Cintra ao cargo de reitora.

Nas universidades estaduais paulistas, as reitorias anunciaram que não haveria nenhum reajuste salarial. Diante do arrocho, os funcionários, professores e estudantes dessas universidades entraram em greve. Na USP, o reitor Zago optou pelo uso da força ao invés do diálogo e utilizou a polícia para impedir os piquetes.

Diante de todos esses fatos, estamos lançando o comitê contra a criminalização dos movimentos sociais. Queremos que seja o espaço de articulação da luta contra a repressão e em defesa de liberdades democráticas.

Defendemos:

- **Soltura imediata dos manifestantes presos;**
- **Desmilitarização da polícia;**
- **Arquivamento da lei de associação criminosa;**
- **Defesa do direito de greve;**
- **Readmissão dos 42 metroviários demitidos;**
- **Investigação e punição dos torturadores;**
- **Arquivamento de todos os processos e inquéritos políticos;**
- **Fim dos processos administrativos e judiciais de estudantes, professores e funcionários que lutam pela educação e por democracia nas universidades;**
- **Demarcação imediata das terras dos povos originários.**

Assinam esse manifesto:

APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP; Centro Acadêmico 22 de Agosto (Direito PUC-SP); Centro Acadêmico Benevides Paixão (Jornalismo PUC-SP); Centro Acadêmico Psicologia da PUC-SP; Centro Acadêmico de Ciências Sociais e História PUC-SP; Centro Acadêmico Barão do Rio Branco Relações Internacionais PUC-SP; DCE-Livre da USP; CALC - Centro Acadêmico Lupe Cotrim ECA - USP; APEOESP - Subsede de Santo André; Construção Coletiva; UNA - Uma Nova Atitude; ANEL - Assembleia Nacional de Estudantes - Livre; RUA - Juventude Anticapitalista; Coletivo Estopim; Movimento Professores Pela Base; Tribunal Popular; Espaço Socialista; PSOL; PSTU.

GT analisa contratos docentes de outras universidades

Na reunião de segunda-feira, 18/8, do Grupo de Trabalho que discute possíveis modificações na sistemática do contrato docente da PUC, os professores ouviram relatos sobre as formas de contratos existentes na Universidade de Notre Dame, dos EUA e na PUC do Chile.

O secretário-executivo lembrou que o papel do grupo é basicamente consultivo cabendo à Fundação a decisão sobre a matéria.

No tocante às universidades analisadas o relato apresentado pelos participantes da reunião coincidiu com aquele feito na última assembleia da APROPUC revelando o caráter mercantilista que domina as universidades avaliadas. Na Notre Dame, por exemplo, como em outras instituições estadunidenses, segundo o relato da professora Maria Amália Andery, cada docente negocia seu contrato e assume o compromisso de captar recursos para o desenvolvimento de pesquisa na universidade. Existe uma estabilidade temporária, que pode ou não ser renovada. Na PUC-Chile, os professores se dividem em quatro categorias: a dos

hierarquizados, os não hierarquizados, os técnicos e os contratados por hora. As divisões contratuais das duas universidades diferem das nossas e revelam uma quebra do contrato coletivo, que tem servido de parâmetro para nosso desempenho.

Estabelecida a diferença fundamental na natureza dos contratos entre a PUC-SP e as duas universidades, ficou bastante clara a necessidade de discutir a questão de contratos à luz do Plano Pedagógico Institucional, e também que a PUC-Chile tem uma estrutura que propicia a renovação de quadros, embora não tenha sido confirmada a informação de que aquela universidade tenha um limite de idade para a carreira docente.

A deliberação 65/78 foi retomada e foram destacados aspectos positivos em relação à explicitação de critérios para a composição dos contratos. O artigo 4º estabelece claramente a relação entre carga horária contratual e o número de aulas semanais, número de alunos, número de turmas e carga horária da disciplina. Bem diferente de hoje quando os professores, têm

a composição da carga horária aula no contrato docente regulamentada pela deliberação 03/2011, descartando-se o número de alunos, de turmas ou de programas ministrados como critério diferenciador e separando-se a pesquisa do contrato. O Padre Rodolpho questionou se, na opinião dos professores do grupo, a PUC-SP está preparada para optar por tipos de contrato como : docência ou docência e pesquisa e, ainda, se a Universidade está preparada para o estabelecimento de um limite de idade para a carreira docente. Foram mencionados limites de idade como os 60, 65 anos ou 70 de diferentes universidades públicas e privadas norte-americanas.

Discutiram-se várias composições de contrato (pesquisa e ensino, ensino e extensão, ensino e preceptorias ou só ensino) e também sobre o professor que excede a sua jornada de trabalho de 40 horas trabalhando em outras instituições para garantir melhores vencimentos, o que constitui-se em um aviltamento do trabalho docente, ainda que permitido pela CLT.

Outro ponto indicado refe-

re-se a considerarmos na PUCSP, TP 10 como contrato de tempo parcial, enquanto que em todas as universidades públicas, o contrato de tempo parcial é no mínimo de 12 horas.

Para a continuidade do trabalho na próxima reunião ficou estabelecido que se tomará como ponto de partida a proposta apresentada no Consun em outubro de 2011.

No geral, as discussões realizadas com os professores pela APROPUC apontam que as ideias apresentadas até agora indicam uma tendência ao estabelecimento de mais de um tipo de contrato como em outras universidades. Cabe lembrar que a discussão sobre contrato de trabalho hoje se dá em um contexto de desregulamentação das relações de trabalho, de quebra de direitos trabalhistas, de fim do contrato coletivo de trabalho. A próxima reunião acontece na segunda-feira, 25/8, às 10h e, nesse mesmo dia, às 18h, na sede da APROPUC, a diretoria da entidade estará informando os professores sobre os desdobramentos do encontro.

Seminário sobre a Palestina ainda não tem sala liberada

A APROPUC, juntamente com outros Núcleos da PUC-SP, está organizando um ciclo de debates sobre a questão Palestina. Essa iniciativa tinha como motivação a resolução da ONU que determinava 2014 como o ano de solidariedade ao povo palestino. A iniciativa de promover o seminário ganhou uma nova dimensão quando, no mês de junho, o Estado de Israel inicia uma das maiores ofensivas militares da história na Faixa de Gaza.

Porém, assim não entendeu a reitoria que não concedeu a sala requerida pelos organizadores

do evento alegando que a Faculdade de Ciências Sociais deveria preservar a sua imagem "pois a mesma não pode tomar partido a favor ou contra".

Essa postura hipócrita esconde os mesmos argumentos conservadores defendidos por alguns conselheiros do Consun quando o Padre Julio Lancellotti propôs uma nota contra o genocídio na Faixa de Gaza.

A APROPUC enviou carta à Fundação São Paulo justificando a realização do ato. Até o final desta edição não havíamos recebido nenhuma resposta da

Fundasp.

RODA DE CONVERSA

Foi organizada pelo Centro Acadêmico Benevides Paixão, uma roda de conversa sobre a atual situação da Faixa de Gaza, na terça-feira, 19/08, às 19h, na sede da APROPUC. A atividade contou com a participação de Ben White, jornalista britânico, escritor e ativista especializado em Palestina/Israel; Elena Judensaidner, militante judia contra a política de Israel; Marco Guasti, advogado e internacionalista; Pedro Charbel, BDS (Boicote - Desinvestimento - Sanções) Brasil; Priscila Bellini, da Revista

Contexto e Lu Guedes, da FFIPP (Rede Educacional pelos Direitos Humanos em Palestina/Israel). No debate, foram abordadas questões históricas, sociais e geopolíticas envolvendo a Palestina e o Estado israelense, a fim de traçar um panorama crítico do conflito, que começou em 1948. O regime de apartheid que é perpetuado por Benjamin Netanyahu, atual primeiro ministro israelense, foi um dos temas da atividade, juntamente com a necessidade de boicote ao Estado de Israel, como uma forma eficaz de posicionamento crítico e de solidariedade ao povo palestino.

O professor como corretor

Nicolau Sevcenko

Uma discreta cerimônia póstuma, celebrada no King's College da Universidade de Londres em fevereiro passado, se transformou numa reveladora aula de sociologia universitária. A reunião era em homenagem ao professor Noel Annan, morto recentemente e que nos anos 50 fora o primeiro reitor dedicado com exclusividade à direção daquela universidade. Lá estavam, presentes e arranjadas em camadas nitidamente separadas, três gerações acadêmicas. A primeira, nas fileiras frontais, era a dos próprios contemporâneos do professor Annan. Representavam o período em que a universidade era o feudo de um pequeno grupo de famílias de linhagens distintas, cujos membros e descendentes ocupavam todos os postos decisórios, fazendo da academia a extensão natural de seus privilégios de classe. A segunda, nos bancos intermediários, era composta pelos integrantes da rebelião dos anos 60, que confrontou o elitismo universitário, rompendo seus preconceitos e escancarando suas portas para grupos excluídos e ideias renegadas. Daí nasceram inspirações e alianças radicais, cujos frutos mais exóticos foram a insurreição punk, a música eletroacústica, o dub, o novo cinema inglês e a chamada escola londrina de artes plásticas.

HERDEIROS DO FUTURO

No fundo do salão, buliçosos e ostensivos, se concentrava a última camada, a dos representantes dos anos 90 e, portanto, aqueles que se sabiam os herdeiros do futuro. A história desse grupo talvez possa explicar um pouco da sua

autoconfiança, reverberada no inflado das roupas. Naturalmente sua madrinha espiritual é Margaret Thatcher, aquela que em sua empáfia retórica decretou que "não há nem nunca houve essa coisa chamada sociedade; o que há e sempre haverá são indivíduos". O fato é que, na sua oportuna aliança com Ronald Reagan, ao longo dos anos 80, ambos efetuaram uma mudança drástica no discurso conservador, invertendo os termos do debate político. Até então as posições radicais monopolizavam a simbologia epifânica, apostando todas as cartas no princípio esperança, num mundo coeso por impulsos fraternais. Aos conservadores restava tachar essa atitude de ilusória, de lunática e de chamariz para a implantação da tirania totalitária. A operação ideológica construída pelo nexos Reagan-Thatcher mudou completamente a configuração do debate político. Sua maior proeza foi metamorfosear os termos de sua aliança num amálgama cultural de alcance místico. Fortemente apoiados em tradições puritanas exclusivistas e autocentradas da cultura anglo-saxônica, deslocaram seus conteúdos doutrinários da esfera religiosa para a política. O resultado foi o deslizamento do conceito de destino manifesto, tão latente em Cromwell quanto em Washington e Jefferson, de um fado inelutável dos povos anglo-saxões para o próprio sistema capitalista.

Nas universidades, o que prevalece é o modelo da administração eficiente, capaz de gerar seus próprios recursos estabelecendo nexos cada vez mais profundos com o mercado e a corrida tecnológica; a eficácia de desempenho é medida em termos de sucessos estatísticos, de capitais, produtividade e visibilidade, todos conver-

síveis em valores de marketing.

O SÉCULO AMERICANO

Diante da obsolescência e esfrelamento do mundo soviético, acentuado pelo apoio maciço aos rebeldes afegãos, da hegemonia incontestável da língua e cultura anglo-americana, das redes de informação e comunicação unificando o planeta e da cristalização de um estilo de vida centrado na publicidade, nos apelos hedonistas e na euforia do consumo, ninguém poderia negar a preponderância do modelo saxônico. A queda do Muro de Berlim só confirmou o que todos àquela altura já pressentiam. Foi quando se declarou o "fim da história" e surgiu a ideia de batizar este como o "século americano".

Mas havia muito mais em curso do que apenas o delírio de Reagan e Thatcher de encarnarem o Adão e a Eva de um novo mundo em versão "wasp". De fato, uma nova era estava surgindo. Tomando como base o ano de 1975, quando os circuitos integrados alcançaram o pico de 12 mil componentes, a revolução da microeletrônica assumiu uma aceleração explosiva. Segundo a lei de Moore, a tendência era que esse número duplicasse a cada 18 meses. Ou seja, atingido um limiar máximo de densidade para um circuito integrado, esse equipamento era então utilizado para produzir circuitos mais densos ainda, numa cadeia de transformações cumulativas alimentando umas às outras.

Segundo outra lei clássica da engenharia, cada decuplicação da capacidade de um sistema constitui uma mudança qualitativa de impacto revolucionário. O que significa que desde 75 passamos por algo como dez revoluções tecnológicas sucessivas no espaço de duas décadas e meia. Uma escala de mudança jamais vista na história da humanidade!

Foi esse contexto fortuito que proporcionou os meios para que Reagan-Thatcher consolidassem a agenda conservadora, retraindo a ação do Estado em favor das grandes corporações e do livre fluxo de capitais, abalando os sindicatos, disseminando desemprego, rebaixando a massa salarial e concentrando a renda. Foi a grande epidemia das privatizações, das reengenharias e das flexibilizações. Apoiada na dramática mudança tecnológica, essa onda foi tão poderosa que acabou forçando a mudança do discurso das oposições.

Surfando na onda surgiu o jovem Tony Blair, que derrotou os conservadores brandindo um programa resumido em três palavras: "Educação, educação, educação". Era uma proposta clara que tocava a todos. A nova realidade só oferece oportunidades para o trabalho qualificado, portanto o melhor meio de suscitar a promoção social deve ser necessariamente a educação. Ademais, na vertiginosa corrida tecnológica que sucedeu à Guerra Fria, só quem tiver autonomia tecnológica poderá garantir sua soberania. Logo, educação, ciência e tecnologia são as três chaves da nova era.

Mas o veneno da maçã proibida já se infiltrara nas veias dos novos líderes. A ideia não era mais garantir um bom emprego para todos conforme a tradição socialista, mas disseminar o espírito da concorrência agressiva por meio de uma nova agenda educacional, de modo que, num mercado cada vez mais concentrado, os mais aguerridos, os mais individualistas e os mais expedientes prevalecessem, em detrimento dos desfavorecidos em todos os quadrantes do planeta. E aqui se insere o conceito ampliado do destino manifesto,

continua na próxima página

continuação da página anterior

traduzido num novo dogma chamado eficiência.

Nas universidades, o que prevalece é o modelo da administração eficiente, capaz de gerar seus próprios recursos estabelecendo nexos cada vez mais profundos com o mercado e com a corrida tecnológica.

A eficácia de desempenho é medida em termos de sucessos estatísticos, de capitais, produtividade e visibilidade, todos conversíveis em valores de marketing para atrair novas parcerias, dotações e investimentos.

MIGALHAS E VAGAS

Nesse sentido convém que os vários institutos e departamentos concorram ferozmente entre

si, pelo sucesso e pelas verbas, incrementando o desempenho coletivo. O que força as equipes a rivalizar entre si, os professores a competir uns com os outros e, naturalmente, os alunos a disputarem as bolsas, migalhas e vagas nas salas superlotadas. Convém ao conjunto do sistema que todos sejam mal aquinhoados, porque só assim sentirão o devido acicate para multiplicar as verbas escassas.

Um dos sintomas mais reveladores desse novo quadro é a insistência em que a avaliação dos professores requeira de cada um alguma forma de envolvimento em atividades administrativas. Claro que isso possibilita cortar o número de funcionários ao mínimo. Mas, mais que isso, acumplicia todos nesse novo espírito de racionalidade gerencial. O professor ideal agora é um hí-

brido de cientista e corretor de valores. Grande parte do seu tempo deve ser dedicado a preencher relatórios, alimentar estatísticas, levantar verbas e promover visibilidade para si e seu departamento. O campus vai se reconfigurando num gigantesco pregão. O gerenciamento de meio acabou se tornando fim na universidade. A ideia é que todos se empenhem, no limite de suas forças, para que também compartilhem do inexorável destino manifesto. Ainda que esse destino tenha sido forjado na outra extremidade do oceano Atlântico.

Nicolau Sevcenko, falecido em 13/8, foi professor de história da cultura do departamento de história da USP, membro do Centro de Estudos de Cultura Latino-americana do King's Co-

lege da Universidade de Londres e um dos editores do "The Journal of Latin American Cultural Studies". Publicou, entre outros, "Orfeu Extático na Metrópole" (Cia. das Letras).

O artigo, originalmente publicado no jornal Folha de S.Paulo, pode ser conferido no link <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0406200004.htm> Publicado em 2000.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

Junho de 2013, Universidade e Eleições

Isa Penna

Junho de 2013 não foi o início nem o fim. Não foi o início, pois a indignação que levou as pessoas às ruas surgiu pela inexistência de direitos garantidos à população brasileira. Esse foi o recado transmitido pelos milhares de cartazes, cujos dizeres expressavam reivindicações por melhorias na educação e saúde, por mais direitos para as mulheres, negros e LGBT's e contra a repressão e violência policial.

Nesse sentido, uma das revelações mais preciosas que junho de 2013 nos traz é que tal indignação não é isolada e nem individual, ao contrário, é coletiva, pois mais importante que a participação de cada indivíduo nas manifestações foi, com certeza, a percepção de que a nossa indignação é também a de muita gente.

Por outro lado, junho de 2013 também não foi o fim. Cumpriu o papel de encorajar as diversas categorias de trabalha-

dores que entraram em greve por melhores condições de trabalho e também foi inesquecível aos olhos da juventude que, cada vez mais, se organiza para lutar em suas comunidades.

Assim, esse processo que estamos vivendo fortalece a possibilidade de mudança, já que empodera os setores explorados e oprimidos da sociedade e abre um período no qual lutar volta a ser um método de conquista de direitos. Volta a existir, portanto, a esperança por uma nova política, construída pelo povo e para o povo.

Diante desse contexto, em que o interesse e abertura para o debate político são crescentes, nunca foi tão importante para nós, estudantes, professores e funcionários, sairmos do nosso reduto e ocupar as salas de aula com política. Isso porque todo espaço aberto pode ser ocupado tanto pelas ideias progressistas como pelo conservadorismo.

De fato, a importância da política para a universidade se

torna mais urgente ainda com a proximidade das eleições de 2014, porque, apesar de o espaço eleitoral ter inúmeras limitações, foi e continuará sendo o único espaço em que o debate político chega até a maioria da população brasileira.

É inegável que uma grande expressão eleitoral dos partidos de esquerda é fundamental para acumularmos mais forças e enfrentarmos o avanço do conservadorismo no Brasil. Isso porque um resultado eleitoral positivo, que sirva para maior enraizamento das ideias progressistas na sociedade, nada mais é que o resultado da construção de campanhas amplas que incentivem as pessoas a ocuparem os espaços públicos com os debates políticos.

Dessa forma, não se restringe aos partidos políticos a tarefa de depositar energia nesse processo eleitoral, ao contrário, é de todos aqueles que anseiam por mudanças, pois é nossa responsabilidade, enquanto estudantes, professores e funcio-

nários, não deixar com que a universidade se isole do debate político que está ocorrendo na sociedade.

Se não o fizermos, estaremos compactuando com a ideia da imparcialidade liberal da universidade ou de que universidade não é lugar de política, enquanto precisamos nos unir cada vez mais para afirmar justamente o contrário, a necessidade de fazer e transformar a política.

Finalmente, a universidade que queremos não é neutra, mas sim um espaço de produção de conhecimento que deve estar direcionada às necessidades da população. Sendo assim, o papel dos estudantes, professores e funcionários que, por tantas vezes se unificaram na luta por democracia, é o de pintar a universidade de povo todos os dias, inclusive, no período eleitoral.

A indignação é o primeiro passo, agora precisamos continuar caminhando.

Isa Penna é aluna do curso de Direito da PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ato na USP é violentamente reprimido pela PM

Na manhã de quarta-feira, 20/8, cerca de 50 funcionários e estudantes da USP realizaram um "tranco" em todos os portões da instituição.

O objetivo das categorias grevistas foi alertar a comunidade uspiana e a sociedade em geral ao processo de precarização que

a USP tem sofrido.

A Polícia Militar adentrou ao campus Butantã com doze viaturas da força tática e abriu os portões com alicates. Em momento algum os manifestantes demonstraram resistência à polícia, mas esta reprimiu ferozmente o ato, usando bombas de gás lacrimogê-

neo e balas de borracha, ferindo estudantes e funcionários.

Foram organizadas barricadas para conter os avanços policiais e consequentes ataques, mas o protesto acabou seguindo pela Avenida Vital Brasil, onde mais uma vez foi violentamente reprimido.

Morre o grande historiador Nicolau Sevcenko

Na noite de quarta-feira, 13/8, o historiador Nicolau Sevcenko, de 61 anos, morreu devido a um infarto. O professor, que lecionou na PUC-SP, na USP e em Harvard, foi cremado em cerimônia na Vila Alpina, zona leste de São Paulo, na sexta-feira, 15/8, pela tarde. Sevcenko era graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e se dedicou aos estudos relacionados à cultura brasileira e desenvolvimento de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Inaugurou a história cultural no Brasil e deixou uma rica malha de livros como fonte histórica.

Escola Popular de Política tem novas atividades

A Escola Popular de Política, impulsionada pelo Luta Popular, começará a ter aulas a partir do sábado, 30/8, das 9h às 12h, a fim de fomentar discussões atuais e necessárias no contexto que nos cerca.

Os encontros serão todos os sábados, no horário mencionado, e cada mês com uma temática. As aulas ocorrerão no Sacolão das Artes, que fica na zona sul de São Paulo, no Parque Santo Antônio. O endereço é Avenida Candido José Xavier, 577.

Na ordem, os temas que serão abordados são: classes sociais, Estado, comunicação e cultura e poder popular. Uma vez ao mês, o encontro abordará o tema designado e uma aula de inglês e cultura árabe ou espanhol e cultura latina. Além de ter professores convidados que discorram a respeito da temática sugerida.

Aqueles que desejam participar devem enviar dados pessoais para o email escolapopulardepolitica@gmail.com.

Para maiores informações, acesse o evento no Facebook www.facebook.com/events/1447039292244015.

Lançamento da Revista
JANEIRO a JUNHO DE 2014 ANO 13 - Nº 47
PUC Viva
WWW.APROPECZORG.BR
ISSN 1806-3667

28/08
às 19:00 h
Auditório 239

Coordenação
Prof.^a Priscilla Cornalbas
Professora da PUC-SP
Ex-Diretora da APROPUC-SP

50 anos do Golpe Militar Brasileiro

Debatedores

Prof. Dr. Erson M. de Oliveira
PUC-SP

Prof.^a Ms. Gislene E. de Lacerda
Mestre em História pela UFRJ

Luciana Ribeiro
Mestranda P.E.P.G. em S.S. PUC-SP

Prof. Dr. Luiz Antonio Dias
Dr. em História Social / PUC-SP

Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz da C. Abramides
Grad. e Pós S. Social PUC-SP

Prof. Ms. Renato Tadeu Veroneze
C.U.F.E Guaxupé / PUC-SP

Soraya Misleh
Jornalista / Mestre em Letras pela USP

ROLA NA RAMPA

CA 22 de Agosto organiza Semana de Palestras

O Centro Acadêmico 22 de Agosto organizou entre os dias 18 e 21/8 diversos debates com temas atuais e sua relação com o Direito. A semana teve debates como Função Social do Direito, Direito de Greve, "Cidade pra quem?", e "PM tem jeito? Desmilitarização da Polícia Militar", com Édson Luís Baldan, professor de Direito Penal e Criminologia da PUC-SP, Débora Maria da Silva, fundadora do movimento Mães de Maio, e Givanildo Manoel, do Comitê pela Desmilitarização da Polícia Militar. No dia 20/8, foi debatida a legalização das drogas, com Leonardo Massud, professor de Direito Penal da PUC-SP e diretor da APROPUC, Julio Delmanto, do Coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR) e Carolina

Freitas, ex-aluna de Direito na PUC-SP, advogada popular no Centro de Convivência É de Lei, que realizou pesquisa sobre o Tráfico de Drogas e Mulheres, e Guilherme Mônaco, da Marcha da Maconha. Os presentes discutiram com os estudantes a necessidade da descriminalização e legalização das drogas no Brasil, mostrando que a criminalização prejudica principalmente a juventude negra moradora da periferia e mulheres, utilizadas em diversas partes do tráfico e passando por diversas humilhações principalmente na cadeia após prisões totalmente arbitrárias. Encerrando a semana, no debate sobre o histórico de lutas da PUC-SP, Pe. Júlio Lancellotti, a professora e diretora da APROPUC, Beatriz Abramides e o jornalista Fabio Nassif, formado na PUC-SP. A pro-

fessora Bia relacionou a história da PUC-SP nos tempos da ditadura militar no Brasil com os dias atuais, contextualizando os processos internos sofridos por ela e por outros professores por ações durante a greve de 2012, enquanto Nassif contou sobre o processo de precarização da PUC-SP e sobre o papel importante

que o movimento estudantil teve e até hoje tem para barrar ações arbitrárias da reitoria e da Fundação São Paulo. Já o Pe. Júlio mencionou os movimentos nas ruas pelo Brasil e pelo mundo, colocando a importância de protestar, e de nunca apoiar a criminalização de um militante ou movimento.



Alguns momentos do evento: à esquerda a discussão sobre a legalização das drogas; à direita (acima), padre Julio Lancellotti, professora Bia Abramides e o jornalista Fabio Nassif debatem as lutas na PUC-SP; abaixo, Givanildo Manoel fala sobre a desmilitarização da PM

ANNA COELHO

AFAPUC fecha acordo com farmácia e salão

A AFAPUC criou um acordo com o salão Oficina das Mãos para descontos para os funcionários associados. O salão fica na Rua Monte Alegre, 550 (tel.: 3675-1028). Também foi fechado acordo com o Studio Anna, na Rua Cardoso de Almeida, 946. Os funcionários poderão usufruir dos serviços dos

estabelecimentos com descontos exclusivos para associados à entidade. A associação também avisa aos funcionários que o cartão do convênio com a farmácia Farma Ponte já está disponível na sede da AFAPUC, na Rua João Ramalho, 182, 7º andar, e pode ser retirado com a funcionária Sandra no horário comercial.

Debate sobre constituinte acontece na PUC

No dia 27/8, às 19h, no auditório 100 da PUC-SP, será debatida a construção de uma Constituinte exclusiva e soberana para a reforma do sistema político brasileiro. O evento será uma discussão prévia para o Plebiscito Popular, organizado por diversos comitês pelo país para, entre os dias 1º e 7 de setembro, "devolver a palavra para o povo brasileiro, para

que seja ele a definir os rumos do país - ter milhões dizendo: sim a uma Constituinte exclusiva e soberana que faça a reforma do sistema político de nosso país!". Segundo os organizadores, a reforma é necessária para avançar na conquista da democracia, da soberania e das necessidades de todos os setores oprimidos.